



PODER

Haddad cede e vai tirar de MP a reoneração da folha

Em reunião com líderes do Senado, ministro se compromete a tratar do tema em um projeto de lei, a ser apresentado até sexta-feira

» ROSANA HESSEL

Em meio à crise entre o Congresso e o governo Lula, os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, avançaram nas negociações com o Parlamento sobre um tema que causou mal-estar nas duas Casas: a Medida Provisória 1.202/2023, que trata da reoneração da folha de pagamentos.

Depois de duas horas de reunião entre Haddad, Padilha e líderes governistas do Senado, as autoridades sinalizaram que estão perto de um consenso para a solução da polêmica.

A expectativa é de que Haddad apresente um projeto de lei alternativo até sexta-feira para a MP não ser devolvida pelo Congresso.

Enviada ao Legislativo no fim de dezembro, a MP reonera a folha de pagamentos de 17 setores da economia, revoga os benefícios concedidos à área de eventos por meio do Perse, extingue a alíquota reduzida da contribuição previdenciária a determinados municípios e limita a compensação de créditos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado.

A ideia é que os trechos que tratam da reoneração da folha e dos municípios sejam retirados da MP e introduzidos em um novo projeto de lei a ser enviado ao Congresso em regime de urgência.

“Houve um acordo no método do encaminhamento dessa natureza”, afirmou o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder do governo no Congresso, a jornalistas, após a reunião no gabinete de Haddad, na sede do Ministério da Fazenda.

O senador Efraim Filho (União-PB) — líder do partido no Senado e relator da MP da desoneração da folha — contou que, na reunião, o assunto da MP causou um ruído muito grande. “Ficou claro na



Ficou claro na mesa que esse tema não estava sendo bem recebido pelo Congresso, era uma forma de tentar impor uma agenda, e o projeto de lei seria o melhor caminho para pressupor diálogo e votos”

Efraim Filho (União-PB), relator no Senado da MP da desoneração da folha

mesa que esse tema não estava sendo bem recebido pelo Congresso, era uma forma de tentar impor uma agenda, e o projeto de lei seria o melhor caminho para pressupor diálogo e votos”, afirmou.

Efraim Filho disse que houve divisão entre os presentes sobre a manutenção da alíquota previdenciária reduzida para os municípios e do Perse e, por enquanto, não ficou definido se esses dois itens serão mantidos na MP 1.202. O formato da apresentação, como substitutivo ou uma nova MP, ainda não está definido, segundo o parlamentar.

A receita para compensar essa despesa criada com a prorrogação da desoneração da folha para 17 setores da economia, que não está prevista no Orçamento, ainda tem de ser determinada, segundo

Diogo Zacarias/MF



Os ministros Fernando Haddad e Alexandre Padilha na reunião com líderes do Senado

os parlamentares. Estimativas sobre o impacto dessa medida superam a casa de R\$ 20 bilhões, sem incluir os municípios.

Segundo o líder do governo no Congresso, por exemplo, o Perse, sozinho, foi responsável por um déficit de R\$ 13 bilhões nas contas públicas de 2023. “A previsão inicial era de R\$ 4 bilhões, e chegamos a R\$ 17 bilhões”, frisou Randolfe, ao comentar sobre os motivos para a revogação do benefício, defendida pelo Ministério da Fazenda.

Otimismo

Já Haddad demonstrou otimismo em conseguir chegar a um acordo com o Congresso. Ele explicou que pretende concluir o novo projeto de lei até o fim da

semana e reforçou que a matéria tratará da reoneração da folha de pagamentos e da questão dos municípios.

“Encontramos um caminho para equilibrar as contas. O que foi reiterado aqui para os congressistas foi que a nossa preocupação é não passar para a sociedade, de uma maneira geral, a ideia de que não vamos ter responsabilidade com o equilíbrio das contas públicas, que nós vamos continuar perseguindo até o nosso objetivo central, que é dar uma arrumada no Orçamento, que ficou muito tempo desarrumado”, afirmou.

De acordo com o ministro, a mudança da MP foi um pedido feito pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e reiterado pelos líderes, para separar duas das quatro matérias da MP

1.202 em um projeto de lei com urgência constitucional, porque “ficaria mais desanuviado o ambiente”. “Esse é o entendimento dos líderes para que o clima seja favorável aqui”, enfatizou.

Além da conversa com senadores, ontem, Haddad tinha um encontro marcado com líderes da Câmara, mas que acabou cancelado. De acordo com Randolfe, havia poucos deputados em Brasília para que a reunião fosse realizada. Tanto ele quanto Efraim reconheceram que as conversas estão fluindo melhor no Senado do que na Câmara.

A desoneração da folha foi criada de forma emergencial em 2011, no governo Dilma Rousseff (PT). No fim do ano passado, o Congresso prorrogou a medida até 2027.

Blindagem para Padilha

» EVANDRO ÉBOLI

O Palácio do Planalto reagiu ao cerco do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ao ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva orientou os ministros a defenderem seu auxiliar, não o deixarem isolado e criarem um “cordão de proteção” em torno dele.

O governo aposta que após o carnaval o assunto esfrie. E o entendimento é de que Lira tem extrapolado nos ataques a Padilha e que sua posição de que o ministro não cumpre acordos e não libera emendas não é um sentimento generalizado no Congresso.

Lula não quer Padilha “acuada” e “escondido” no Planalto. O ministro compareceu à abertura do ano legislativo na Câmara com a garantia do chefe do Executivo de que não vai ser demitido e aconselhado a dar declarações de imediato, como ocorreu.

Ao minimizar a crise com Lira, Padilha anunciou que, ontem, ele e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniram com líderes partidários. O encontro com os senadores ocorreu, mas com os deputados, não.

A reunião foi desmarcada um dia depois de Lira fazer críticas à articulação política do Planalto, dizer que o Orçamento é de todos, que deputado não é “carimbador” das propostas do Executivo.

Segundo Haddad, porém, o adiamento foi um pedido do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). “O Guimarães entrou em contato com a chefia de gabinete e pediu para transferir para outro dia. Não fui eu que cancelei”, ressaltou, na chegada à sede da pasta.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Um pouco de filosofia não fará mal ao Supremo

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, recorreu, ontem, da decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu a multa de R\$ 10,3 bilhões do acordo de leniência da J&F. Segundo o Ministério Público Federal, as decisões do magistrado não podem ser embasadas nas provas colhidas na Operação Spoofing, da Polícia Federal, que teve acesso a mensagens trocadas entre o ex-juiz Sergio Moro, atual senador, e procuradores que atuaram na Operação Lava-Jato.

O caso está sob sigilo na Corte, mas a repercussão na opinião pública é péssima para Toffoli e o Supremo. Ao tomar a decisão que suspendeu multas bilionárias, o ministro afirmou que existe “dúvida razoável” sobre a espontaneidade de Wesley e Joesley Batista, da J&F, em firmar acordo com o Ministério Público Federal (MPF). Em bom português, que ambos foram obrigados pelo MPF a fazer a delação. Gonet também pediu que o caso saia da relatoria de Toffoli e seja enviado a outro magistrado ou magistrado do Supremo, e levado ao plenário.

Como se sabe, o caso da J&F teve

grande repercussão política, principalmente porque o empresário Joesley Batista, principal acionista do grupo J&F (dono do frigorífico JBS-Friboi), gravou uma conversa com o então presidente Michel Temer, em 17 de abril de 2017, como parte de seu compromisso de delação premiada com o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que comandou a operação. A denúncia contra o presidente da República praticamente inviabilizou a aprovação da reforma da Previdência. Temer, porém, conseguiu evitar o impeachment.

A decisão de Toffoli é mais um revés para os procuradores federais. A Operação Lava-Jato, criada para investigar desvios na Petrobras, também está sendo desconstruída pelo Supremo. O ministro anulou ainda a multa prevista na delação da Novonor, antiga Odebrecht, e mandou investigar a ONG Transparência Internacional (TI), suspeita de receber R\$ 2,3 bilhões em recursos oriundos de acordos feitos entre MPF e investigados. Sediada em Berlim, a entidade nega e afirma que sofre perseguição.

A Transparência Internacional

rebaixou o Brasil em 10 posições no Índice de Percepção da Corrupção de 2023, o pior desempenho desde 1995. O relatório responsabiliza o governo Jair Bolsonaro e o primeiro ano do atual governo Lula. Toffoli é citado várias vezes no texto, por sua atuação no Supremo.

“Talvez os exemplos mais graves tenham sido as ações do ministro Dias Toffoli, que decidiu, monocraticamente e com fortes evidências de conflitos de interesses e outras heterodoxias processuais, sobre demandas que tiveram imenso impacto sobre a impunidade de casos de corrupção que figuram entre os maiores da história mundial”, afirma o relatório da Transparência Internacional sobre o Brasil.

A entrada em cena do novo procurador-geral da República, Paulo Gonet, escala o conflito do Supremo com o MPF, porque Toffoli acusa os procuradores federais de abuso de poder. E a reação do Ministério Público confronta esse entendimento. A divulgação das conversas entre procuradores envolvidos nessas operações com diversos interlocutores opõe a segurança jurídica, com o

respeito ao devido processo legal, à crise ética na política, desnudada no escândalo da Petrobras.

A liderança moral

Segundo Platão, a razão é a parte mais nobre e elevada da alma humana, pois é por meio dela que se alcança a sabedoria e a verdade. O filósofo grego acreditava que a razão deve controlar nossos impulsos e desejos, para que possamos viver de acordo com a moralidade e alcançar a felicidade. A moralidade deve ser fundamentada em princípios racionais. Por definição, a ética é o conjunto de valores que compõem o modo de ser do indivíduo, o respeito à moral vigente e às regras das interações humanas de modo geral.

A palavra originou-se do grego e tem duas grafias: éthos, que significa modo de ser; e êthos, traduzida como habitação do ser. Ao racionalizar as normas sociais, os valores éticos são estruturantes da moral, um código de conduta pessoal. Algo pode ser moralmente errado em uma comunidade,

porém eticamente bom para algumas pessoas nesse mesmo lugar. A ética pode mudar a moral vigente. É o caso do que acontece com os costumes, porque a moral prevê certo e errado, e a ética, o bem e o mal.

Na política, Max Weber diferenciava a ética das convicções, como a dos procuradores da Lava-Jato, da ética da responsabilidade, que orienta as decisões dos ministros do Supremo sobre a Lava-Jato. A primeira pauta-se por objetivos determinados; a segunda, zela pela legitimidade dos meios empregados.

Trocando em miúdos, a moral é uma conduta específica e normativa, enquanto valores éticos são princípios a serem seguidos nas ações e normas de conduta. A força do STF não pode se sustentar apenas nas normas, tem que ter o respaldo dos valores para exercer liderança moral perante a sociedade. Um dos sintomas profundos de crise nas instituições políticas brasileiras é a perda dessa liderança pelo Executivo e pelo Legislativo. Agora, quem corre esse risco é a Corte Suprema.